

## CASO GALDINO

## Índios protestam na Esplanada

Prontos para guerra, cerca de 500 índios de 80 povos de todo país marcham sobre Brasília. Pintados, carregando arcos, flechas e outras armas artesanais fazem muito barulho pelas ruas da capital da República. Eles lutam por dignidade, respeito à terra. A batalha de ontem, no Dia do Índio, foi marcada por protestos. Uma passeata em defesa da aprovação de um novo Estatuto do Índio parou a Esplanada dos Ministérios por uma hora.

As manifestações começaram cedo. Na Praça do Compromisso (704 Sul), os índios prestaram homenagens ao Pataxó Galdino, morto depois de ser queimado vivo por cinco rapazes, há exatos quatro anos, no mesmo local. "Eu só voltei à Brasília para pedir ajuda a vocês para que os assassinos do meu filho nunca mais fiquem soltos", discursou, sem esconder as lágrimas, a mãe de Galdino, Minervina Maria de Jesus, de 63 anos.

Por ter 17 anos na época do crime, um dos acusados de matar Galdino passou três anos no Caje. Os outros quatro, maiores, estão presos na penitenciária da Papuda. Não há previsão para o julgamento deles no Tribunal de Júri do Tribunal de Justiça do DF.

Na praça, os índios caminharam até o Congresso Nacional. Eles não querem que o Congresso aprove o Estatuto do Índio proposto pelo deputado federal Luciano Pizzatto (PFL-PR). Para o secretário-adjunto

Lindauro Gomes



PATAXÓS PEDEM JUSTIÇA EM NOME DE GALDINO

do Conselho Indigenista Missionário, Roberto Libgott, a proposta do estatuto está baseada na exploração dos recursos minerais, madeireiros, hídricos e da biodiversidade.

Os índios não querem que essas riquezas sejam exploradas em seus territórios. "O lucro para nós não tem valor. O importante é respeitar o ser humano", protestou Estanislau Wêrê'ê Tsisrobo, 43, cacique Xavante. O Governo defende a

tese de terceirização e privatização dos serviços nas áreas de saúde e educação para os índios. Os índios discordam, alegando que a proposta é inconstitucional, já que a União é responsável pela assistência aos índios.

Na Comissão Geral da Câmara, índios e parlamentares discutiram o Estatuto do Índio. O presidente da Comissão de Direitos Humanos, Nelson Pellegrino (PT-BA), afirmou que o Estatuto do Índio ainda não foi aprovado em função de interesses econômicos. Segundo ele, há grupos organizados dentro do Congresso que

representam grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, especialmente ligados a madeiras e mineradoras.

Segundo o secretário do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Roberto Liebott, a situação dos povos indígenas, hoje, no Brasil, "é lamentável e deplorável". Ele disse que das 741 áreas indígenas identificadas no País apenas 222 estão com processo de demarcação definido.